

# Fechada indústria invasora de área pública

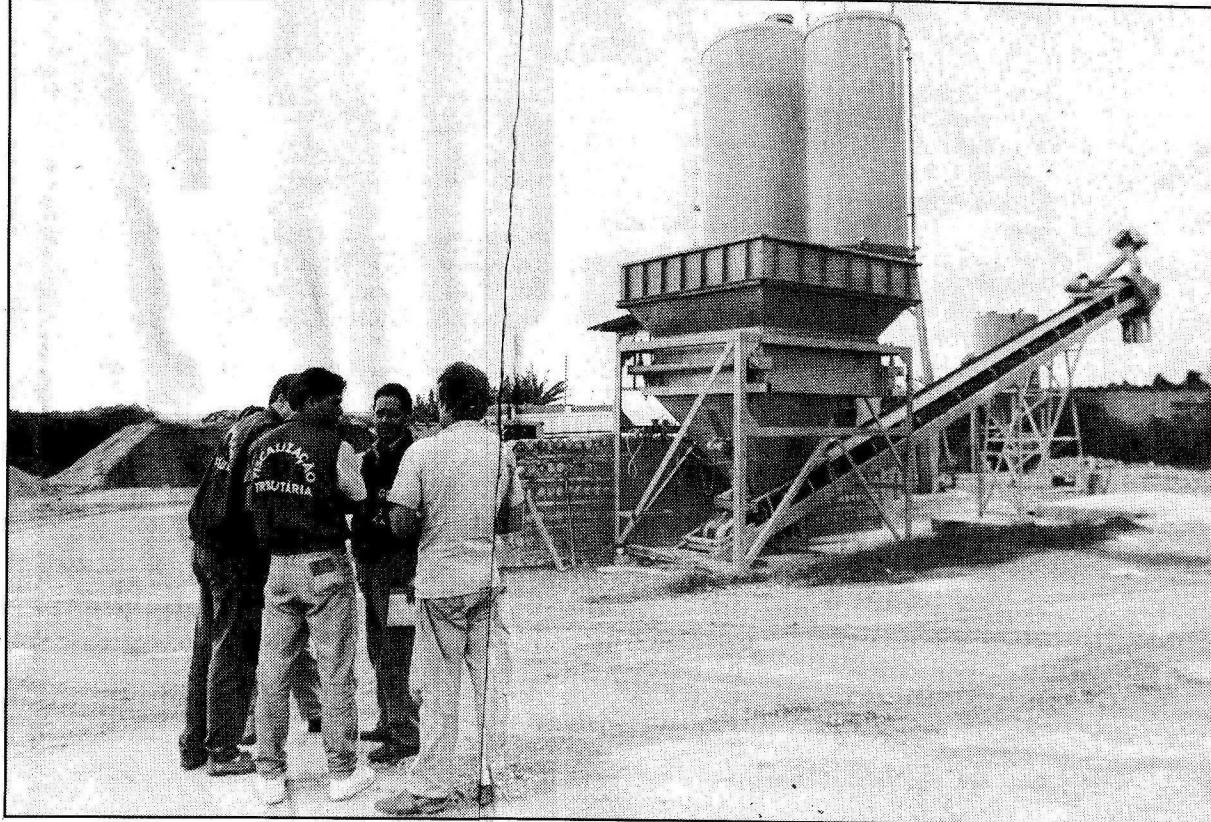
Da Sucursal de Taguatinga

A Fiscalização Tributária da Receita Federal lacrou ontem, no final de tarde, a empresa Concrecon — Concreto e Construções, durante a realização de operação conjunta com a Fiscalização de Postura e Obras da Administração Regional de Taguatinga. A empresa não possuía nenhum documento que comprove sua existência legal na satélite, além de estar implantada em área de preservação ambiental, ao lado de outras cinco firmas que também foram notificadas e poderão ter as atividades suspensas nos próximos dias.

Situadas ao lado do Sesi e de uma extensa área verde, as empresas montaram seus parques industriais há cerca de 12 anos, sem que tenham recolhido até agora nenhum tributo ao Governo do Distrito Federal. São firmas de médio e grande porte que foram visitadas ontem pelos fiscais acompanhados do deputado distrital Geraldo Magela (PT-DF), durante uma blitz para avaliar a situação do local, e impedir a devastação ecológica da área e a ocupação ilegal de área pública com extensão de mais de 200 mil metros quadrados.

Hoje, às 15h, o administrador regional de Taguatinga vai se reunir com os proprietários das empresas Goncrecon, Brajal, Urbanização e Obras, Payibrás, Indústria e Comércio de Premoldados, Gramur, Manil e com Isaac Francisco dos Santos, dono de uma oficina mecânica — sem razão social — que também funcio-

FOTOS: F. GUALBERTO



*Fiscais da Fiscalização Tributária da Receita Federal lacraram a Concrecon — Concreto e Construções*

na no local. A intenção é buscar uma alternativa para a situação irregular que vem se prolongando nos últimos anos em prejuízo do próprio governo, que está deixando de recolher milhões em impostos e taxas de ocupação, conforme admitiu o próprio administrador da satélite.

De acordo com ele, a atual legislação não permite que a situação persista, mesmo porque sua administração está dando ên-

fase à fiscalização de invasão de áreas públicas em vários pontos da cidade, atingindo pequenos comerciantes. "Não daremos tratamento diferenciado a ninguém", disse Edimar Brás, lembrando que as atividades das empresas não condizem com sua permanência em área de proteção ambiental.

Ainda hoje deve estar concluído o levantamento topográfico

da área que fica ao lado do Sesi e da Facita, identificada indevidamente como Área Especial da QI-25. Preocupados com a situação de irregularidade de firmas conhecidas na cidade, os fiscais que efetuaram a blitz denunciaram as perdas do GDF ao deixar de recolher pelo menos a taxa de ocupação da área, que estaria variando no mínimo em torno de Cr\$ 24 milhões ao mês, dependendo da atividade.